



# AGENDA INSTITUCIONAL FECOMÉRCIO-RS

---

**Uma agenda para o  
Rio Grande do Sul**



**Fecomércio**  **RS · Sindicatos**

— Sistema Comércio —



O comércio de bens, serviços e turismo é o maior setor da economia, em produção e emprego. No Rio Grande do Sul, é responsável por 54,0% do PIB e 54,3% dos empregos formais.

Além de grande, o setor tem como características intrínsecas a abrangência e disseminação. Sua produção e emprego estão espalhados em todas as regiões e municípios do estado, distribuídos em mais de um milhão de estabelecimentos comerciais e com grande participação de micro e pequenos negócios em sua estrutura produtiva.

Por essas características, o comércio de bens, serviços e turismo depende do crescimento e do desenvolvimento da economia do Rio Grande do Sul como um todo. O progresso de nosso estado,

por sua vez, é influenciado, de modo decisivo, pela gestão pública, tanto no âmbito do Poder Executivo quanto do Poder Legislativo.

A Fecomércio-RS, maior entidade representativa do setor terciário gaúcho, tem o dever de aproveitar o momento de renovação de gestão pública e participar do debate eleitoral para reforçar pautas para uma agenda que busque acelerar o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Neste documento, elencamos proposições que têm a capacidade de contribuir para esse objetivo, por meio da melhoria do ambiente de negócios, com a simplificação das regras tributárias e com o incentivo ao empreendedorismo e à concorrência, e de um setor público financeiramente equilibrado e eficiente no cumprimento de suas funções.

## AMBIENTE DE NEGÓCIOS

### ICMS: SIMPLIFICAÇÃO, SEGURANÇA JURÍDICA E COMPETITIVIDADE

O principal tributo incidente sobre a produção (ICMS) no Brasil é de competência estadual. As regras e as alíquotas de ICMS, portanto, exercem uma grande influência sobre o ambiente de negócios a que as empresas gaúchas estão sujeitas. Para garantir a melhor gestão nesta esfera, destacamos a seguinte agenda:

- **Garantia de não elevação das alíquotas modal (17%) e interna/intracadeia (12%);**

- *Revisão do regime de Substituição Tributária, com redução de segmentos econômicos enquadrados e atualização constante de parâmetros;*

- *Novo Simples Gaúcho, com regime de transição para o Regime Geral, para atenuar o degrau abrupto de tributação para as empresas do comércio ao deixarem o Simples Nacional;*

- *Extinção completa do Diferencial de Alíquotas do ICMS (Difal), incluindo produtos importados;*
- *Extinção da GIA (Guia de Informação e Apuração de ICMS) do Simples Nacional;*
- *Programa de refinanciamento de dívidas decorrentes da pandemia;*
- *Acesso ao duplo grau de jurisdição administrativa.*

## COMBATE À INFORMALIDADE

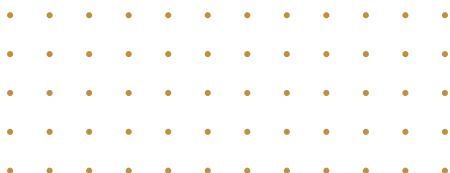
A livre competição econômica é o mecanismo que incentiva as empresas, permanentemente, a inovar e conter custos, buscando oferecer os melhores bens e serviços ao consumidor, pelos menores preços possíveis. Esse resultado, no entanto, só é alcançado quando a competição acontece em igualdade de condições. Caso contrário, quando alguns agentes precisam respeitar algumas regras, enquanto outros não, os incentivos são distorcidos, a arrecadação tributária deixa de ser maximizada e

a saúde dos consumidores é ameaçada. Para combater o comércio informal, destacamos a seguinte agenda:

- *Criação do Conselho Estadual de Combate à Informalidade (CECOI), reunindo as autoridades e entidades envolvidas;*
- *Ampliação das ações de fiscalização do comércio informal, incluindo feiras itinerantes;*
- *Fiscalização de cumprimento da Lei 15.182, que pune empresas informais.*

## OUTRAS PAUTAS SOBRE AMBIENTE DE NEGÓCIOS

- *Extinção do **Piso Regional**, que reduz a eficiência do sistema de negociações coletivas de salários e contribui para aumentar a informalidade no mercado de trabalho;*
- ***Participação** ativa nos projetos do **Governo Federal e Congresso Nacional**, que determinam grande parte das regras que moldam o ambiente de negócios no estado (como regras trabalhistas e tributárias).*



# SERVIÇOS PÚBLICOS, EQUILÍBRIO FISCAL E EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA

Além de reger o ambiente onde as empresas operam, o setor público estadual tem um papel importante no provimento de serviços públicos determinantes para o crescimento econômico. Para que esses serviços tenham a melhor qualidade e maior abrangência possível, é fundamental manter a saúde financeira da administração pública, bem como administrar os recursos do modo mais eficiente possível. Para isso, destacamos a seguinte agenda:

- **Manutenção de resultados não deficitários nas contas públicas;**
- **Respeito ao teto de gastos estadual, com controle rígido de despesas, principalmente com pessoal;**
- **Adimplência no pagamento da dívida pública;**
- **Aprimoramento nas regras de administração de recursos humanos.**  
*Revisão de privilégios que ainda não foram retirados e possibilidade de acelerar transição da reforma da previdência, como regras de paridade para funcionários mais antigos.*
- **Aumento na eficiência dos serviços de saúde e educação. Para isso, ter gestão técnica nas secretarias,**

*utilizar hospitais e, principalmente, escolas privadas, com maior flexibilidade e eficiência para o provimento de serviços públicos.*

*Para a educação, em específico, aproveitar oportunidades do novo Fundeb em relação ao novo Ensino Médio, para formar parcerias com os serviços sociais autônomos para a educação profissional técnica de nível médio. Além da gestão privada, os serviços sociais autônomos possuem décadas de expertise em educação profissional.*

- **Privatização de Barrisul e Corsan, dedicando recursos para investimentos e/ou amortização de dívida pública;**
- **Concessões de rodovias e hidrovias à iniciativa privada, com extinção da EGR e aprimoramento no papel da Portos RS, com maior flexibilidade e abertura para investimentos privados;**
- **Concessões de atrações turísticas, como parques e centros de eventos, à iniciativa privada;**
- **Ações de comunicação para promover atrações turísticas locais, considerando o turismo corporativo, além do receptivo, e fortalecimento da Secretaria de Turismo, com ampliação de recursos e das áreas técnicas.**

**Saiba mais, consulte e registre sua opinião nos projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional e na Assembleia Legislativa.**

**[representa.fecomercio-rs.org.br](http://representa.fecomercio-rs.org.br)**

